

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017.
EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 022/2017.

Razão Social:	_____		
CNPJ Nº:	_____		
Endereço:	_____		
Cidade:	_____	Estado:	_____
e-mail:	_____		
Telefone:	_____		
Fax:	_____		
Retiramos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.			
Local: _____, ____ de _____ de 2017.			

Assinatura			

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e essa empresa, solicito preencher o recibo de retira do edital e remeter à Comissão Permanente de Licitação por meio de fax (35)3267-1888 ou na Sede situada na Rua Edward Eustáquio de Andrade, nº. 220, centro, na cidade de Paraguaçu - MG.

A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Débora Cristina Santos
Pregoeiro(a) Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRADE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

PROCESSO LICITATÓRIO nº 035/2017

MODALIDADE: Pregão nº 022/2017
TIPO DE LICITAÇÃO: **Menor preço por ITEM**
REGIME DE EXECUÇÃO: ... **Execução Indireta – Registro de Preços para futura e possível locação de aparelhos para o programa oxigenoterapia domiciliar.**

CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Paraguaçu, com sede à Rua Edward Eustáquio de Andrade, n.º 220, centro da cidade de em Paraguaçu/MG, atendendo requisição do Departamento Municipal de Saúde, através do Pregoeiro Municipal e da Equipe de Apoio, faz saber a todos, que se acha aberto o presente Processo Licitatório nº 036/2017, na modalidade PREGÃO nº 022/2017, tipo Menor preço por ÍTEM, e pelo regime de execução: REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO .

O presente procedimento licitatório tem como **finalidade o Registro de Preços para futura e possível locação de aparelhos para o programa oxigenoterapia domiciliar**, mediante a necessidade do departamento solicitante; tudo conforme relação anexa, destinado ao uso pelo laboratório da Policlínica Municipal.

O Presente certame será regido pelos Decretos Municipais nºs 017/2005 e 039/2005, pela Lei Federal nº 10.520/02, pelas cláusulas e condições previstas neste Edital e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações.

SEÇÃO I – Demais Informações

Quaisquer interessados poderão obter maiores informações sobre o presente certame junto a Prefeitura Municipal, localizada na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220, centro da cidade de em Paraguaçu; pelo telefone (035) 3267-1032, ou pelo Fax: (035) 3267-1888.

IMPORTANTE:

1. Protocolo: O protocolo dos envelopes proposta e documentação, bem como de quaisquer outros documentos, inclusive recursos, deverão ser feitos no Dep. de Compras, da Prefeitura Municipal de Paraguaçu.
2. Horário de Funcionamento: Das 12:00 às 17:00 horas
3. Informações: Pelo telefone ou fax acima, (Serviço Municipal de Compras e Licitações).
4. Local das reuniões: sala de reuniões do Dep. Licitação.

CAPITULO II - DATAS E LOCAIS DE PROTOCOLO E REUNIÃO

Os interessados deverão observar as seguintes datas e horários, para protocolo dos envelopes (Proposta e Documentação), bem como para realização da Audiência Pública do Pregão, sob pena de preclusão do direito de participação:

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU (MG) DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO RUA EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRADE, Nº 220, CENTRO – PARAGUAÇU (MG) 07 de abril de 2017 às 14:00 horas.</p>

As reuniões para realização do pregão(lances), habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es), recursos e demais atos inerentes ao presente certame ocorrerão em sala na sala de reuniões do Dep. de Licitação. O Serviço Municipal de Compras e Licitações não se responsabilizam por envelopes enviados via postal e que seja protocolado fora do prazo previsto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

CAPITULO III - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto desta licitação é o Registro de Preços para futura e possível locação de aparelhos para o programa oxigenoterapia domiciliar, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde.

O licitante vencedor deverá instalar o equipamento no local indicado pela Secretaria de Saúde e realizar manutenção do aparelho periodicamente e/ou quando for necessário.

CAPITULO IV - PRAZO DE EXECUÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

O prazo para execução do registro de preço será de 12 meses da data da “Ata de Registro de Preços”. O fornecimento dos produtos será feita após expedição de requisição da Secretaria de Saúde.

CAPITULO V - DA CONVOCAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

A administração convocará regularmente o(s) licitante(s) vencedor(s), o(s) qual(is) deverá(ão) comparecer(em) na sede da Prefeitura Municipal, no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, contados do próximo dia útil ao do recebimento da “convocação”, para assinar a “Ata de Registro de Preços” e “Contrato de Prestação de Serviço” sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções.

Parágrafo Único: O prazo acima estipulado poderá ser prorrogado por até igual período, mediante devida solicitação da parte, e desde que haja motivo justificado devidamente aceito pela administração.

CAPITULO VI - DAS PENALIDADES

A Recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a “Ata de registro de Preços” e o respectivo “Contrato Administrativo”, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades prescritas na legislação vigente; sem prejuízo do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/03 e nos artigos 81 e seguintes da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93).

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I - advertência; II – multa no valor máximo de 2% (dois por cento) do valor estimado do contrato; III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CAPITULO VII - DAS VEDAÇÕES:

É vedada a participação de:

- a) Pessoas Jurídicas, isolada ou em sociedade, cujos titulares ou sócios componentes tenham vínculos com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu, como servidor, comissionado ou agente político de qualquer natureza;
- b) Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, que tenham praticados atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação;(art. 88, II)
- c) Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, impedidos de contratar em virtude de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.(art. 88, III)
- d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; É vedada a transferência total ou parcial para terceiros, do objeto, total ou parcial, desta Licitação, bem como dos direitos e/ou obrigações por ela adquiridas.

CAPITULO VIII - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Os envelopes de “Proposta” e “ Documentação”, endereçados à Comissão Permanente de Licitações, deverão:

1. Serem opacos, indevassáveis, lacrados e rubricados, de forma a garantir a sua inviolabilidade.
2. Conterem a identificação do licitante e do processo licitatório:

SEÇÃO I - DO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

1. O interessado ou seu procurador deverá apresentar-se, perante o pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas, lances verbais e manifestar-se a respeito do interesse de recorrer (ANEXO III).
2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder pela empresa representada, por todos os atos e efeitos previstos neste edital.
3. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na sua imediata exclusão da fase de lances verbais, mantendo-se sua proposta escrita.
4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; (cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência);
 - b) tratando-se de procurador, A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, NA QUAL CONSTEM PODERES PARA FORMULAR LANCES, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; (cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)
 - c) o representante legal, credenciado e/ou procurador, deverão identificar-se exibindo o documento oficial de identificação que contenha foto.
5. Sendo A PROCURAÇÃO PARTICULAR, deverá estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - contrato social onde se possa identificar o ADMINISTRADOR), que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.
6. Os documentos exigidos para o credenciamento (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão, em envelope separado dos envelopes de proposta comercial e de documentos para habilitação. No caso de cópias, as mesmas devem estar autenticadas por tabelião ou pelo pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.
7. A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação do licitante na fase de lances verbais.
8. O representante poderá ser substituído, a qualquer momento, por outro devidamente credenciado.
9. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
10. É imprescindível estar contida no credenciamento uma **Declaração de Habilitação** conforme modelo (Anexo I), devidamente preenchida e assinada;
11. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo II).

SEÇÃO II - DO ENVELOPE “01 – PROPOSTA”

Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado identificado como Envelope 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

1. A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via datilografada/digitada sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, com no máximo duas casas decimais, e entregues no local, dia e hora preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, rubricadas todas as folhas pelo representante legal e assinada a última, sobre carimbo com nome, identidade, e deverá conter especificação clara e sucinta do objeto a ser oferecido, características exigidas conforme Anexo VI, nome da empresa, razão ou denominação social e endereços completos, além de outras informações de livre disposição, e o seguinte:
2. **O licitante deverá apresentar a proposta, também, em arquivo comportado em mídia removível(Pen drive ou CD). Preenchendo o programa de arquivo de proposta, utilizando o programa de Auto Cotação em sua última versão, do Betha Compras, disponível no site www.paraguacu.mg.gov.br ou pelo e-mail licitacao.paraguacumg@hotmail.com**
3. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega das propostas.
4. Nos preços apresentados em propostas, deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas; despesas com impostos, fretes, seguros, mão-de-obra, materiais usados, encargos e tributos sociais, fiscais e comerciais, custos diretos e indiretos, não sendo admitidas quaisquer outras despesas inerentes à prestação de serviços, ou venda da mercadoria licitada.
5. As propostas que não estiverem em papel timbrado, deverão conter o carimbo de CNPJ da empresa;
6. A Comissão de Licitações, reserva-se no direito de confrontar os cálculos apresentados em proposta, referentes aos valores unitários e totais; podendo recalcular a proposta, caso o licitante concorde; caso contrário terá o mesmo sua proposta desclassificada por inexatidão de cálculos.
7. Poderão ser anexados à Proposta, catálogos, folhetos e quaisquer outros documentos que dêem maior clareza possível à proposta.

SEÇÃO III - DO ENVELOPE “02 – DOCUMENTAÇÃO”

Neste envelope o licitante deverá inserir toda a documentação abaixo relacionada, sob pena de inabilitação; observado ainda que:

1. Toda a documentação solicitada deverá estar dentro do prazo de validade, no mínimo, até a data fixada para audiência de habilitação, sendo que todos os documentos que não apresentarem prazo de validade, caso sejam certidões ou outros documentos que se refiram a regularidade fiscal, estes serão considerados válidos por 30 (trinta) dias a partir da data de emissão.
2. Os documentos necessários à habilitação, abaixo descritos, poderão ser em apresentados em original, ou ainda: por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ressalvado que se essa publicação for em cópia reprográfica –xerox- esta deverá também estar autenticada.

Deverão constar do Envelope 002-documentação os seguintes documentos:

A	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ;
B	Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social (CND);
C	Prova de regularidade para com FGTS – (CND);
D	Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (CND);

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

E	Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (CND);
F	É obrigatória a apresentação da “Declaração” contida no “Anexo III”, devidamente preenchida e assinada, sob pena de Inabilitação. (declaração que não emprega menores de idade)
G	Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT);
H	O licitante deverá apresentar cópia do Contrato Social ou documento equivalente, o qual comprove o objeto da empresa e a titularidade do sócio gerente/Administrador/proprietário.
I	Atestado de Capacidade Técnica;
J	Alvará de funcionamento;
K	Autorização de funcionamento da ANVISA em nome da empresa;
L	Licença Sanitária;
M	Certidão Negativa de Falência ou Recuperação da sede da pessoa jurídica, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) ou Certidões Judiciais Cíveis de 1ª e 2ª instâncias, extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, do qual conste a ausência de distribuição de ação cível falimentar ou de recuperação da pessoa jurídica.

CAPITULO IX - DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas:

1. Contidas em envelope aberto, transparente, com rasuras, ou que de qualquer forma possa caracterizar a sua inviolabilidade;
2. Que não atenderem às exigências do ato convocatório, descumprindo os termos, valores, quantidades e percentagens, previsto neste Edital e Anexo(s).
3. Que não atenderem aos objetivos ou “regras específicas” deste certame;
4. Que apresentarem valores que tornem os preços inexequíveis na forma da lei ou apresentarem acréscimos que deixem as propostas com preços acima do permitido no edital;
5. Que transgridam a legislação vigente;
6. Que não apresentarem proposta para todos os itens do anexo que pretender concorrer, quando se tratar de licitação com julgamento por anexo.
7. Outros casos previstos em lei, ou melhor especificado no corpo deste Edital, de acordo com justificada decisão da Comissão Permanente de Licitações.

CAPITULO X - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas será feito respeitado, os termos dos arts. 44 e 45 §§ e incisos da Lei de Licitações, observadas as regras deste Edital os requisitos da proposta e ainda:

1. **O julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas no edital e anexos, processar-se-á com base no “MENOR PREÇO” por ITEM**, oferecido pelo licitante; não sendo levadas em consideração, as vantagens oferecidas pelo mesmo não previstas no edital.

SEÇÃO I - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em havendo empate de preços, tal problema será solucionado, tomando-se por base o estipulado no art. 3º, § 2º, incisos I, II e III c/c art. 45 caput e § 2º, da Lei nº 8.666/93; sendo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; II - produzidos no País; III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Ainda assim, persistindo o empate, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

CAPITULO XI - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no sub-item 11.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.2. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

11.2.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.2.2. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no sub-item 11.2.1 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

11.3. Para efeito do disposto no sub-item 11.2, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

11.3.2 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do sub-item 11.3.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos sub-itens 11.2.1 e 11.2.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos sub-itens 11.2.1 e 11.2.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.3.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no sub-item 11.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.3.5. O disposto no sub-item 10.3 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3.6. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

CAPITULO XII - CRITÉRIOS DE REALINHAMENTO DE PREÇOS:

Os preços somente poderão ser realinhados de acordo com o § 8º, do art. 65 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), desde que ultrapassados os 60 (sessenta) dias de validade de proposta, exclusivamente para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; sendo:

- ✓ Em casos especiais, desde que devidamente comprovados, em que houver disparidade de aumento ou redução de preços, em decorrência de fatos supervenientes, onde não haja culpa de nenhuma das partes, poderão ser aceitos reajustes, diferenciados, conforme art. 65 da Lei de Licitações.
- ✓ É vedado ao Contratado interromper o serviço, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando nesse caso sujeito as penalidades previstas neste instrumento;
- ✓ Sem a fixação de data - base.
- ✓ Sem periodicidade definida.

CAPITULO XIII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser feito por crédito em conta corrente em instituição bancária, ou pela Tesouraria Municipal.

Demais especificações:

- a) **Prazo de pagamento:** o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da competente Nota(s) Fiscal(is), as quais deverão ser entregues na efetiva entrega dos produtos/serviços;
- b) **Serão retidos, quando do pagamento,** os valores devidos correspondentes aos tributos, quando devidos (EX: ISS, IRRF e INSS);

IMPORTANTE: Para cada pagamento o licitante vencedor deverá comprovar a sua devida regularidade, para com o INSS.

CAPITULO XIV - DAS IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E DENÚNCIAS

- a) As impugnações contra os termos deste edital, os recursos contra os atos de julgamento das propostas e habilitação dos licitantes e as denúncias de irregularidade desta licitação, observarão as normas, procedimentos e prazos prescritos nos Decretos nºs 17/2005 e na Lei 10.520/2002.
- b) Recursos ao Edital e/ou bem como pedidos de esclarecimentos, deverão ser protocolados na Sala de Recepções e Protocolo da Prefeitura, observados os prazos legais, dirigidos ao Serviço Municipal de Compras e Licitações, na pessoa do pregoeiro, identificando o remetente, número do processo e do pregão.
- c) Interposta impugnação ao Edital, caberá ao pregoeiro decidir a impugnação apresentada, no prazo legal;
- d) Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando então poderá o licitante recorrente apresentar suas razões de recurso, durante a reunião, lavrando-se tais argumentações em Ata; ou então solicitar que lhe seja concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso; ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as respectivas “contra-razões de recurso” em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- e) A falta de manifestação imediata e motivadamente, durante a reunião, por parte do(s) licitante(s), importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo pregoeiro, ao licitante vencedor.
- f) Após o término do prazo para apresentação das “*contra-razões de recurso*”, o pregoeiro procederá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à análise do(s) recurso(s) e “*contra-razões de recurso*”, apresentado(s), quando então decidirá sobre a procedência ou não daquele(s) recurso(s) apresentado(s).
 - Declarada a procedência do(s) recurso(s), o Pregoeiro declarará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento; e então dará continuidade aos trabalhos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

- Declarada a improcedência do(s) recurso(s), o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório devidamente instruído, à Autoridade Superior a qual, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, decidirá sobre o(s) recurso(s) apresentado(s).
- g) Na contagem de prazos de que trata este Edital, somente se iniciam e vencem prazos em dias de expediente no prédio sede do Governo Municipal e a contagem se dará excluindo o dia de início e incluindo o dia de vencimento;

CAPITULO XV - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

O fornecimento dos produtos e ou a prestação dos serviços se dará no prazo estipulado, de forma parcelada, a medida da necessidade da Administração Municipal.

A Contratada se obriga a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste Contrato, mesmo que a entrega deles estiver prevista para data posterior a do seu vencimento;

Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante Ordem do Serviço Municipal de Compras e Licitações.

O Serviço Municipal de Compras e Licitações, não se responsabilizará, por materiais entregues a outra pessoa senão o responsável e/ou em dias, locais e horários fora dos determinados neste Edital.

SEÇÃO I – Os produtos serão recebidos:

- **Provisoriamente:** A cada fornecimento, ressalvada a posterior verificação de conformidade do material, seguindo-se ainda as seguintes condições:
 - Os produtos somente poderão ser fornecidos, mediante “autorização” emitida pelo Serviço Municipal de Compras e Licitações, a qual poderá ser feita por telefone, pessoalmente ou via fax, a critério deste;
- **Definitivamente:** Mensalmente, quando do ato de liquidação do empenho, por parte do órgão requisitante, ou em sendo o caso, pela Comissão Municipal de Recebimento de Compras.

CAPITULO XVI - DOS ANEXOS DESTE EDITAL

Constituem anexos do presente Edital e dele fazendo parte integrante e vinculado:

1. Anexo I – Modelo de Declaração de Habilitação;
2. Anexo II – Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte ;
3. Anexo III – Modelo de carta de credenciamento;
4. Anexo IV – Modelo Declaração de não empregar menor de 18 (dezoito anos) - inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93
5. Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços
6. Anexo VI – Modelo de Contrato
7. Anexo VII – Relação dos Itens

CAPITULO XVII - DA ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

A Adjudicação da proposta classificada em primeiro lugar (*menor preço*), após “fase de lances”, ficará à cargo do Pregoeiro Municipal, nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 017/2005 e do art. 3º, IV da Lei 10.520/2002.

A Homologação do presente processo, fica a cargo da autoridade superior, nos termos do Decreto Municipal nº 017/2005, e do art. 4º, inciso XXII da Lei 10.520/2002.

CAPITULO XVIII - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

A reunião do “Pregão”, incluindo-se a “fase de lances” será processada da seguinte maneira:

1. No dia, hora e local designado neste Edital, os licitantes deverão estar legalmente representados, nos termos deste Edital para o início do pregão;
2. Instalada a sessão pública do Pregão, após o credenciamento dos participantes o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de propostas comerciais, verificando a conformidade com o Edital;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

3. Serão desclassificadas as propostas que se enquadrarem em qualquer dos itens constantes da cláusula de DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS, constantes deste Edital;
4. As propostas serão classificadas provisoriamente por ordem crescente de preços;
5. Participarão da “fase de lances”, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os demais com ofertas cujos preços estejam até 10% (dez por cento) superiores àquela, os quais serão convidados pelo Pregoeiro a apresentarem seus respectivos lances verbais.
6. Os lances serão iniciados pelo licitante que ofertou o maior preço, dentro do critério previsto no item anterior.
7. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas nos itens anteriores (*menor preço + propostas até 10%*), poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos.
8. No curso da sessão, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes que tenham ofertado propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores à menor proposta, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
9. Somente serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado, respeitados demais ditames do Edital;
10. Em havendo apenas uma oferta (proposta), esta poderá ser aceita, desde que esta atente a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta poderá ser aceita, desde que o Pregoeiro negocie com licitante, objetivando sempre o “menor preço” para a Administração.
11. Todos os lances ofertados serão registrados em uma lista de classificação provisória que, ao final, será substituída pela lista de classificação definitiva;
12. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço real final, observados os critérios de fornecimento e pagamento, além das características técnicas definidas no edital, além de outras particularidades do Edital.
13. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;
14. Encerrado os “lances verbais”, ou a não existência destes lances, será verificada a conformidade entre a proposta de classificada como de “menor preço”, e o valor limite de contratação.
15. Examinada a proposta classificada definitivamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;
16. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, devidamente registradas em ata, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital (habilitação do licitante);
17. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e habilitado, sendo a ele adjudicado o objeto da licitação;
18. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, e a ele adjudicado o objeto do certame;
19. O pregoeiro deverá sempre, negociar com os licitantes, objetivando a busca do melhor preço;
20. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer devendo, neste caso, serem observadas as condições da cláusula DAS IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E DENÚNCIAS, constantes deste Edital;
21. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e a autoridade superior homologará os autos, podendo a mesma ainda, revogar a licitação nos termos deste Instrumento Convocatório.
22. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto nos Decretos Municipais nºs 017/2005; sem prejuízo do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

23. Os envelopes contendo a documentação relativa a habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores, permanecerão sob custódia da Administração;
24. Decorrido o prazo de validade das propostas apresentadas, os licitantes deverão, mediante requerimento próprio, retirar os envelopes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados;

CAPITULO XIX - DA RESERVA DE DIREITOS

1. A administração se reserva ao direito de adquirir os produtos/serviços, total ou parcialmente, bem como subdividir os pedidos em quantas vezes lhe for conveniente, sendo que ao final da vigência do contrato, a existência de saldos em quantitativos, não implica, de forma alguma, em obrigatoriedade de adquirir os produtos/serviços, respeitados os interesses públicos;
2. Reserva-se o pregoeiro no direito de adjudicar no total ou em parte o objeto da presente licitação, bem como rejeitar as propostas apresentadas, observando os critérios das melhores condições para o Município e justificado interesse público.
3. Reserva-se também a autoridade superior, no direito de rejeitar as propostas apresentadas, no total ou em parte, observando os critérios das melhores condições para o Município e justificado interesse público;
4. A autoridade competente para autorizar a instauração do certame licitatório, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
5. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.
6. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.
7. Durante o período de contratação, a administração reserva-se no direito da rescisão e/ou alteração unilateral do contrato, segundo os melhores interesses públicos.

CAPITULO XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Todo licitante deverá atentar para o fato de que todas as informações, citações/intimações/notificações, serão publicadas pelo Site: www.paraguacu.mg.gov.br e no “Mural de Avisos” da Prefeitura Municipal.
2. As audiências poderão sofrer adiamentos em decorrência da interposição de recursos ou por solicitação do Pregoeiro e/ou da “Equipe de Apoio” para melhor análise das propostas ou documentação;
3. Poderá ainda, as audiências sofrerem adiamento, por despacho justificado da Autoridade Superior.
4. Os adiamentos serão consignados em ata, designando nova data e horário para continuidade da audiência, intimados os presentes e publicado-se a Ata, junto ao Quadro de Avisos, sendo o resumo publicado pelo Site: www.paraguacu.mg.gov.br;
5. As reuniões do Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio serão sempre abertas e franqueadas ao público, em local previamente indicado neste Edital, registrando todos os fatos em ata própria e publicada na forma da lei;
6. A intimação dos atos relativos a habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento de proposta serão feitos durante a sessão de realização do pregão, através da lavratura da respectiva ata, como determina o Decreto Municipal nº 017/2005.
7. O Pregoeiro poderá suspender as audiências, sempre que for necessário;
8. Torna-se implícito que os licitantes que não impugnarem os termos deste Edital, no prazo da legal, estão integralmente de acordo com os termos, sob pena de preclusão do direito;
9. O Assessor Jurídico Municipal, examinará e, se assim o considerar, aprovará o presente Edital, bem como acompanhará todo o processo licitatório, orientando e dando subsídios jurídicos ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, e no final apresentando parecer à Administração Municipal da legalidade dos procedimentos, concluindo pela possibilidade ou não de sua homologação;
10. As citações dos dispositivos legais constantes destes edital, são meras referências e orientações para a melhor compreensão do licitante, não dispensando o conhecimento dos Decretos Municipais nºs 017/2005 e 039/2005, da Lei Federal 10.520/02 e da Lei Federal 8.666/93 e alterações; sendo que as situações não previstas neste Edital, resolvem-se pelas normas das legislações acima descritas; e ainda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

pelas normas gerais do Direito Público e Administrativo, decididas pelo Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio, cabendo recurso à instância superior.

CAPITULO XXI - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os créditos pelos quais correrão as despesas, são oriundos de recursos próprios, classificados no orçamento de 2017.

CAPITULO XXII - DO FORO

O foro privativo à presente licitação é o da Comarca de Paraguaçu/MG, com recurso "*ex officio*" à instância superior.

Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 28 de março de 2017.

José Tiburcio do Prado Neto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2017
Pregão nº ____/2017

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À Prefeitura Municipal de Paraguaçu
Pregoeiro Municipal / Equipe de Apoio

DECLARAÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXXXX (endereço completo), interessado em participar do Pregão em epígrafe, instaurado por esta Prefeitura Municipal, declara, sob as penas da Lei, preencher todos os quesitos necessários para habilitação a presente processo licitatório e a inexistência de fato impeditivo a sua habilitação e a obrigação de comunicar a superveniência de qualquer fato impeditivo da mesma.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Representante legal
(assinatura / nome / RG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

PROCESSO LICITATÓRIO n° _____/2017
Pregão n° ____/2017

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ
n°.....por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n°..... e do
CPF n°..... DECLARA, para fins do disposto no Edital, sob as sanções administrativas
cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123, de 14/12/2006;
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123, de
14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Representante legal

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do
regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n°. 123/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

PROCESSO LICITATÓRIO n° ____/2017
Pregão n° ____/2017

ANEXO III

MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

À Prefeitura Municipal de Paraguaçu
Pregoeiro Municipal / Equipe de Apoio

CREDENCIAMENTO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXXX (endereço completo), interessado em participar do Pregão em epígrafe, instaurado por esta Prefeitura Municipal, através de seu(a) representante legal, o(a) Sr. XXXXXXXXXXX, XXXXXXXX (cargo) portador do CPF XXXXXXXXXXX, CREDENCIA o Sr.(a) XXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para representa-la perante essa Administração Municipal, junto ao processo licitatório n° XX/2017, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Representante legal
(assinatura / nome / RG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

PROCESSO LICITATÓRIO n° _____/2017

Pregão n° _____/2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

O licitante XXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF / CNPJ sob o n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, por meio desta e na melhor forma de direito, **DECLARA** nos termos do inciso V do art. 27, da Lei Federal n° 8.666/93, e do Decreto Federal n° 4.358/2002, o que abaixo se segue:

- A) Que não emprega pessoas menores de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- B) Que não emprega pessoas menores de 16 (dezesesseis) anos,
- C) Que eventualmente poderá ter em seu “quadro de pessoal”, pessoas maiores de 14 (quatorze) “*trabalhando*” na condição de aprendiz.

XXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 2017.
Local e Data

Nome / CPF ou CNPJ c/c carimbo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ___ do mês de _____ de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.008.193/0001-92, com sede administrativa localizada na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220, bairro Centro, CEP nº 37.120-000, nesta cidade de Paraguaçu/MG, representada pelo Prefeito Municipal. O Sr(a). JOSÉ TIBURCIO DO PRADO NETO, inscrito no CPF sob o nº 148.733.706-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2017, Processo Licitatório nº 035/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) _____ . Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº 3555(pregão) e nº 3555(registro de preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do Representante	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

_____ .
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratação com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

2.1 O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do caput e do parágrafo 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2 Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07(sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 No recolhimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do parágrafo 5º do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) Estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

- b) Permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observando as seguintes condições:
- b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preço, com justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – SO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12(doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgão ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2 Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, forma estabelecida no art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas “Órgão não-participantes ou carona”.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

5.1 Compete ao órgão Gestor:

5.1.1 A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1 O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3 Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 Emitir a autorização de compra;

5.1.7 Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1 Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1 Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

5.3.2 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no parágrafo 1º do art. 65, da Lei nº8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5 Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6 Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

5.3.7 Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10 Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 Pela Administração, quando:

- a) O detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) O detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) Estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2 Pela Detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

6.2 Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Administração, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 Cada Fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no parágrafo 4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 A(s) fornecedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05(cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3 Se a Detentora a ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6 A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

7.7 As despesas relativas à entrega do materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na propostas de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequadas para o uso.

7.8.2 Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06(seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricação, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 Todas as despesas relativas à entrega e transporte do materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10(dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2 Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6 Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7 A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

9.2 A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço registrado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2 por atraso injustificado no cumprimento de contrato e fornecimento:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3 por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou prestação de serviços:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 11.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

11.1.3.4 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2 Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4 as importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1 O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Paraguaçu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem ao partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraguaçu, ___ de _____ de 2017.

JOSÉ TIBURCIO DO PRADO NETO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

Nome: _____ CNPJ: _____ Ass: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

ANEXO VI

MODELO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU E _____.

O **Município de Paraguaçu**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18008193/0001-92, neste ato representado pelo seu Prefeito **José Tiburcio do Prado Neto**, brasileiro, casado, veterinário, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 148.733.706-04, e de outro lado como **CONTRATADO**, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada à _____, município de _____, neste ato assinado por seu sócio administrador Sr. _____, portador do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, de acordo com Processo Licitatório nº 035/2017, Pregão nº 022/2017, tem entre si, com base no art. 54 da Lei 8666/93, celebrado o presente de locação, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação de locação de _____, para tratamento domiciliar. Os concentradores serão utilizados por pacientes que necessitam de oxigenoterapia em casa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES

O Município de Paraguaçu pagará a contratada o valor estimado de R\$ _____(). O pagamento será feito a contratada mediante apresentação da Nota Fiscal respectiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir da data de assinatura até _____.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000
FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888
CNPJ: 18.008.193/0001-92

A despesa decorrente deste contrato correrá à conta dos recursos orçamentários constantes do orçamento de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - AS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1- Atender as solicitações formulados pelo órgão competente da Prefeitura Municipal, atinentes ao assunto.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

1- Despesas com combustíveis, encargos, gastos de viagens e demais gastos operacionais decorrentes dos serviços contratados.

2- Despesas com empregados ou pessoas por ele contratadas para auxiliar nos serviços objeto do presente Contrato, os quais não manterão qualquer vínculo, empregatício com a Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Efetuar o pagamento na época devida, mediante a apresentação da Nota Fiscal e comprovante de regularidade perante ao INSS.

CLÁUSULA OITAVA - DA MULTA

O descumprimento deste por qualquer das partes, ensejará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba ao CONTRATADO direito a qualquer indenização.

Fica eleito o foro da Comarca de Paraguaçu, para solução de qualquer litígio oriundo do presente Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU/MG

RUA DR. EDWARD EUSTÁQUIO DE ANDRARDE, 220 - CEP 37.120-000

FONE: (035) 3267-3788 - FAX: (035) 3267-1888

CNPJ: 18.008.193/0001-92

E por estarem assim justos e acordes, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor para um só efeito, na presença das testemunhas.

Paraguaçu, _____

JOSÉ TIBURCIO DO PRADO NETO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____

2) _____